



Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1982

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Linéu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista, funcionário desta Casa, JOSÉ OSVALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, ocorrido na presente data, e que consternou profundamente a classe, como os funcionários desta Assembléia Legislativa.

Outrossim, que a decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A morte, traiçoeiramente, ceifou a vida de um dos mais leais e denodados servidores desta Casa de Leis, jornalista, radialista, funcionário José Osvaldo de Almeida Garcia Redondo, cuja dedicação e exemplar zelo foram apanágio de toda a sua existência. Tanto nos cargos que ocupou na esfera privada, como no desempenho de sua função como jornalista desta Casa

de Leis, sempre revelou seu espírito humanitário, sua dedicação ao próximo, sua vontade imensa de servir. Perde assim, o Poder Legislativo, um leal servidor, um grande companheiro e um destacado amigo, razão pela qual, se justifica plenamente o voto de profundo pesar que ora apresentamos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, REQUER a Vossa Excelência, a inclusão na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder, JOSÉ OSVALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, ocorrido no dia de hoje.

Outrossim, solicito que após a decisão da Casa, se dê ciência à família do extinto.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao 1.º Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Sr. Dirceu Ribas Correia e à Prefeitura Municipal de Curitiba, apelando no sentido de determinarem estudos para a implantação de um módulo da Polícia Militar, na Praça Santa Quitéria, no mesmo bairro.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Moradores do bairro de Santa Quitéria, há algum tempo, estão solicitando através de abaixo assinado ao Departamento competente para que seja implantado um módulo policial na Praça Santa Quitéria, mas até a presente data ainda não foram atendidos.

Sendo dessa forma, e conhecendo o trabalho do Sr. Dirceu Ribas Correia e da Prefeitura Municipal de Curitiba é que se faz tal pedido, com o único objetivo que é o de dar maior segurança aos moradores do referido bairro os quais ressentem-se de segurança já que a marginalidade e desonestidade ali, também se fazem presente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, solicitando seja esclarecido a contratação de máquinas e equipamentos sob a forma de "leasing" junto à empresa Banestado Leasing S/A., mediante resposta aos seguintes itens:

1. Quais os contratos que a empresa Banestado Leasing S/A. mantém com órgãos, empresas públicas, autarquias ou sociedades de economia mista do Estado?
2. Qual o objetivo, tipo de contrato, valor, data de contratação e vencimento destes contratos?
3. Quais outras empresas de Leasing mantém contratos com órgãos, empresas, autarquias ou sociedades de economia mista do Estado?
4. Qual o objetivo, tipo de contrato, valor, data de

contratação e vencimento de tais contratos?

5. Mencionar data e página do Diário Oficial em que foi realizada a licitação para tais contratações. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.
(a) RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Encontrando-se o Estado em notórias dificuldades financeiras, a contratação de máquinas e equipamentos sob a forma de "leasing" consoante denúncias de fluência pública, se viria a se constituir em verdadeira burla a lei, notadamente quando realizadas tais contratações sem o resguardo de processo licitatório, na forma da lei.

Cabendo a este Poder Legislativo a fiscalização dos negócios públicos, impõe-se o esclarecimento dos fatos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, solicitando informações sobre pagamentos efetuados pelo ITC — Instituto de Terras e Cartografia; CEASA — Centrais de Abastecimento S/A; COPASA — Companhia Paranaense de Selos e Armazéns; CAFÉ DO PARANÁ — Cia de Fomento Agrícola, a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade e que deverá constar os seguintes quesitos:

1. Quanto foi pago a título de taxa de comissão e veiculação, nos exercícios de 1981 e em 1982, mês a mês, até a presente data?
2. Individualizar as agências de publicidade e respectivo montante pago em cada exercício.
3. Discriminar as peças publicitárias uma a uma, e os respectivos custos das campanhas, as taxas de comissão e veiculação pagas nos exercícios de 1981 e 1982, até a presente data.
4. Quais os critérios adotados para contratação das agências de publicidade?
5. Quais os órgãos em que foram veiculadas tais campanhas?
6. Quanto foi pago a cada um destes órgãos, em cada exercício?

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Possuindo o Paraná mais de 60 (sessenta) agências de publicidade, causa espécie e está a exigir sejam esclarecidas as denúncias feitas por inúmeras outras agências de publicidade de que aquelas empresas - sem realização do necessário processo licitatório - viria contratando serviços e concentrando mais de 80% (oitenta por cento) das verbas publicitárias na mesma agência de publicidade hoje responsável pela propaganda eleitoral do partido do governo, em detrimento das demais.

Exigindo a moralidade administrativa, proibida na condução dos negócios públicos, precisa ser esclarecida a aplicação da verba de publicidade pelo Estado, pois, procedente a denúncia, estaríamos diante de uma grande negociata com dinheiro público e verdadeira subvenção indireta da vultosa campanha eleitoral do partido do Governo às custas do erário público.

Não tendo o que esconder o Governo, por certo nada há a recear em dar resposta ao presente pedido de informações, pois no dizer do povo, "quem não deve, não teme".

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja

encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Negócios das Finanças, solicitando informações sobre pagamentos efetuados informações sobre pagamentos efetuados pelo Conglomerado Banestado e COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade e que deverá constar os seguintes quesitos:

1. Quanto foi pago a título de taxa de comissão e veiculação, nos exercícios de 1981 e em 1982, mês a mês, até a presente data?
2. Individualizar as agências de publicidades e respectivo montante pago em cada exercício.
3. Discriminar as peças publicitárias uma a uma, e os respectivos custos das campanhas, as taxas de comissão e veiculação pagas nos exercícios de 1981 e 1982 até a presente data.
4. Quais os critérios adotados para contratação das agências de publicidade?
5. Quais os órgãos que foram veiculados tais campanhas?
6. Quanto foi pago a cada um destes órgãos, em cada exercício?

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Possuindo o Paraná mais de 60 (sessenta) agências de publicidade, causa espécie e está a exigir sejam esclarecidas as denúncias feitas por inúmeras outras agências de publicidade de que aquelas empresas - sem realização do necessário processo licitatório - viria contratando serviços e concentrando mais de 80% (oitenta por cento) das verbas publicitárias na mesma agência de publicidade hoje responsável pela propaganda eleitoral do partido do Governo, em detrimento das demais.

Exigindo a moralidade administrativa, proibida na condução dos negócios públicos, precisa ser esclarecida a aplicação da verba de publicidade pelo Estado, pois, procedente a denúncia, estaríamos diante de uma grande negociata com dinheiro público e verdadeira subvenção indireta da vultosa campanha eleitoral do partido do Governo às custas do erário público.

Não tendo o que esconder o Governo, por certo nada há a recear em dar resposta ao presente pedido de informações, pois, no dizer do povo, "quem não deve, não teme".

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 103/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Dr. Roberto Saraiva Ozório de Almeida", a ponte sobre o Rio Chopim, na estrada que liga os Municípios de Manguaçu a Clevelandia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Roberto Saraiva Ozório de Almeida teve uma vida profissional das mais ativas em prol de obras de caráter público e social, em nosso Estado e nos demais Estados vizinhos.

Personalidade das mais marcantes, não só na vida profissional, como social e familiar, justo é que o Poder Público paranaense reverencie a sua memória, para que possa servir de exemplo às futuras gerações tão sedentas de modelos a quem possa se escorar.

O "currículo" comprova o vasto trabalho do Engenheiro Roberto Saraiva Ozório de Almeida, em favor da coletividade paranaense.

PROJETO DE LEI N.º 104/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Jandaia do Sul, com sede na localidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço, segundo se verifica da documentação anexa, preenche todos os requisitos exigidos pela lei.

PROJETO DE LEI N.º 105/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itambé, o lote de terra sob n.º 45/44, parte do lote n.º 44, da Gleba do Ribeirão Ijuhy, com área de 2.700,00 metros quadrados, situado na Vila Persona, na sede do Município de Itambé, transcrição n.º 1.598, livro 3-D, da circunscrição de Marialva, com as divisas seguintes:

Confronta-se com uma estrada ao S.E. numa frente de 45,00 metros e, finalmente lotes n.º 46/44 e 47/44 ao N.O. na largura de 45,00 metros e, finalmente com área remanescente do lote n.º 44 ao N.E. numa extensão de 60,00 metros.

Parágrafo único — O imóvel de que trata este artigo, destina-se à construção do Asilo São Vicente de Paulo, e fica gravado com a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da doação dispensa qualquer argumento em seu favor.

PROJETO DE LEI N.º 106/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LIGA IGUAQUENSE DE FUTEBOL", com sede no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Foz do Iguaçu, estando, portanto, em efetivo funcionamento, desde o ano de 1975, sem qualquer fim lucrativo e nem distribui lucros a seus associados, preenchendo, desta forma, os dispositivos da lei que regulamenta a matéria aqui enfocada.

Assim sendo, solicitamos dos nossos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação desta nossa iniciativa por

julga-la de justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero ler, para que conste dos Anais da Casa, uma moção de apelo em favor do funcionalismo público do Paraná, e que está vasado nos seguintes termos: (Lê):

MOÇÃO DE APELO**EM FAVOR DO FUNCIONALISMO****PÚBLICO DO PARANÁ**

O PMDB do Paraná, tendo em vista decisão oficial do Executivo paranaense de conceder reajustamento salarial de 20% (vinte por cento) aos funcionários a partir de 1.º de setembro, decide:

1. Hipotecar sua solidariedade irrestrita aos servidores públicos do Paraná, em seus justos movimentos reivindicatórios visando a obter reajuste na base de 45% (quarenta e cinco por cento).
2. Manter-se em "estado de alerta permanente", no sentido de somar com as decisões da classe, permanecendo à inteira disposição para quaisquer medidas que, no âmbito de suas atribuições legislativas, possam ser tomadas em favor dos funcionários do Estado.
3. Formular veemente apelo a Sua Excelência o Sr. Governador JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, a fim de que reconsidere essa "decisão de Governo" e acolha esta moção de apelo que o PMDB lhe formula.
4. Tomamos esta posição na consciência absoluta de que os servidores não podem continuar sendo atingidos, injustamente, em seu poder aquisitivo, por um conjunto de circunstâncias que não se cinge, somente, ao impacto das crescentes taxas inflacionárias. Entendemos que as "dificuldades do momento", alegadas como razões básicas para a concessão de um índice de reajustamento tão baixo, devem e precisam ser levadas ao conhecimento do Paraná, e, principalmente, aos funcionários públicos que se dedicam à execução de tarefas para que a administração pública atenda às suas funções. Os responsáveis, no Governo, têm que responder pelos motivos dessa situação, até que cessem especulações sobre a ingerência político-partidária na "máquina-estadual, dispêndios desnecessários, abusos, desmandos e interferências que contribuem - nesta fase eleitoral - para tornar mais incompreensível essa decisão de um reajuste cruelmente injusto.
5. Os servidores da administração direta não estão amparados pelas possibilidades do 13.º salário, de reajustamentos semestrais e outras vantagens, não se admitindo que seus vencimentos fiquem abaixo de uma realidade inflacionária aflitiva, quando se sabe que todo o Sistema Financeiro vigente tem seu lastro a partir da correção monetária e juros. Puni-los, agora, com reajustes aquém desses índices significará que, também, não poderão pagar prestações da casa própria e todos os outros

encargos que os envolvem, além de impostos e taxas corrigidos por índices fixados pelo Sistema.

6. O PMDB do Paraná não pode concordar, neste momento político-eleitoral, com o esboço do gesto que desperta esperança de que, tardiamente, em outubro - um mês antes do pleito - possam advir novos reajustes, tudo configurando a perspectiva de manobristos que consideramos insulto não só à dignidade dos funcionários públicos, mas, inclusive, à difícil, precária e até trágica situação por que passam financeiramente.
7. Na solidariedade à classe, o PMDB entende, assim, que deve ser encontrada solução para o problema dos vencimentos dos servidores que lhe reponha - sem influências paternalistas ou de cunho eleitoral - no mínimo, o equilíbrio em seu orçamento pessoal.

Em, 26 de agosto de 1982."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Usamos da tribuna, nesta tarde, na qualidade de Líder de nossa Bancada, para fazer alguns registros.

O primeiro deles é que hoje, pela manhã, recebemos a visita de uma Comissão de moradores das vilas Formosa e São José, que vieram até aqui para trazer um manifesto, onde pedem a desapropriação da área e a legalização dos terrenos, em favor dos moradores desses dois bairros, tendo em vista que a situação de domínio dos imóveis ali existentes, está "sub judice": de um lado a Caixa Econômica Federal, requerendo a posse e alegando ter direitos sobre os imóveis.

De outro lado, alguns, considerados terceiros, que também usam as mesmas alegações.

A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, os moradores da Vila Formosa e da Vila São José são como muitos dos milhares de moradores espalhados por este País afora, que não têm direito sequer de moradia, que não têm direito sequer de habitação, de educação, e de alimentação, isto para não falarmos de outros direitos básicos para a vida do indivíduo em sociedade!

Nós estamos aqui para nos solidarizarmos com estes brasileiros da Vila Formosa, da Vila São José, em sua esmagadora maioria, pessoas humildes, pobres e que, se nós não nos colocarmos em sua defesa, eu não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem haverá de se colocar?!

Hoje ainda tivemos o dissabor - não fosse a nossa intervenção - de assistirmos a proibição desses moradores, ao acesso em nossos gabinetes; graças à presença do Advogado Edésio Passos que nos solicitou fôssemos até a presença desses moradores, os mesmos não teriam podido sequer adentrar nesta que é tida e havida como a Casa do Povo. A Polícia Militar do Estado do Paraná, cumprindo determinação governamental, estava aqui, repito, cumprindo com o seu dever, impedindo que esses moradores - pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pudessem ter acesso aos Deputados que, nada mais são do que, uma parcela daquela representação que aqui hoje estava.

Por conseguinte, fica hoje aqui o nosso protesto, fica aqui também, a nossa solidariedade a esses moradores e, mais uma vez, o nosso apelo, o apelo cristão, o apelo humano, o apelo de homens que devem muito ao povo, no sentido de que seja,

definitivamente, de uma vez por todas, solicionado este problema que traz a intranquilidade, o desespero a milhares de moradores da Vila Formosa e da Vila São José!

O segundo assunto, não poderia ser diferente, é com relação ao funcionalismo.

O nobre Deputado Renato Bueno, em nome da nossa Bancada já fez, aqui, as colocações que deveriam ser feitas, mas, a grande verdade é que a lei autorizou a antecipação do aumento, a partir de 1º de agosto; o Governo antecipou 80% (oitenta por cento), em 4 parcelas de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de setembro; na realidade, conforme a lei, será concedido apenas 16% (dezesseis por cento), a partir de 1º de agosto, totalizando os 80% (oitenta por cento), e ainda deixa de pagar agosto na folha de setembro, a qual deveria dar 32% (trinta e dois por cento); promoveram 12.000 professores, do Nível PA1, para o PB2; os vencimentos do PA1 e PB2 ficaram acavalados em Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), logo os professores promovidos não terão aumento nenhum; vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo, nesta época de pré-eleição, mostra-se insensível, sob a alegação de que não tem recursos para fazer, face a esta reivindicação, mas, na realidade, nós temos assistido gastos e mais gastos com coisas que em nada dizem respeito ao povo, mas, para pagar o funcionário que não mais suporta a correção inflacionária, o Governo tem, sempre, este argumento: não damos aumento, porque não temos recursos, porque a arrecadação de ICM tem sido insuficiente.

Espero que o Governo acorde para esta realidade - caso ele não procure encontrar solução para as reivindicações do Magistério, não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que, mais uma greve será deflagrada, com reflexos negativos para o Governo!

Fica aqui a nossa preocupação e o nosso apelo!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Presidente da EMOPAR, solicitando seja dada total prioridade à construção do edifício do FORUM DE CURITIBA, no Centro Cívico.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Dr. JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, Digníssimo Governador do Estado, e Dr. LÉO CASELLA BITTENCOURT, Digníssimo Superintendente da EMOPAR, solicitando seja dada total prioridade à construção do edifício do FORUM DE CURITIBA, no Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1982.

JUSTIFICATIVA:

O meio judiciário-forense de nosso Estado foi surpreendido, neste final de semana, com a divulgação da notícia de que um deputado do Partido do Governo estaria dirigindo apelo ao Governador Hosken de Novaes, no sentido de que o Forum de Curitiba não seja construído no Centro Cívico.

Não sabemos quais os motivos que o levaram a contrariar a mais antiga aspiração de todos os profissionais ligados aos meios judiciários do Paraná.

A construção do Forum de Curitiba no Centro Cívico, já foi motivo de prolongados debates na Ordem dos Advogados do Brasil, quando se cogitou em edificar o Forum em outro local, e somente após muito diálogo e imensa luta é que se conseguiu a definição pelo Centro Cívico.

Saberá o proponente que o Tribunal de Justiça gasta uma fortuna com o aluguel do Edifício Montepar, onde está há quase uma década "instalado provisoriamente" o Forum de Curitiba?

Saberá o proponente que o Edifício Montepar foi batizado pejorativamente de "edifício IDI AMIN", por ser escuro, prepotente, arbitrário, quadrado, e apresentar tantos defeitos como aquele ditador?

Saberá o proponente que o edifício será edificado com a rígida observância do projeto original do conceituado e conhecido mundialmente paisagista, Burtel Marx, que projetou a Praça do Centro Cívico?

Saberá o proponente onde deverá se situar o edifício do Forum, edificação de poucos andares e acessos para não prejudicar a paisagem e harmonia do Centro Cívico?

O projeto para construção do Forum de Curitiba já está aprovado e as firmas concorrentes deverão ter suas propostas estudadas nestes dias, para que se possa dar início a esta tão esperada obra.

A área de lazer atualmente usada nos fins de semana não será prejudicada, e a maquete do edifício está no saguão de entrada do Palácio da Justiça, no Centro Cívico, para quem quiser conferir.

Por estas razões, esperamos que o presente requerimento seja aprovado, inclusive com o voto do ilustre Deputado de Foz de Iguaçu, e de seus companheiros de Bancada, salvo se o Partido do Governo fizer questão de se identificar contrariamente à construção do Forum de Curitiba no Centro Cívico e paralisar o início da obra, previsto para os próximos dias.

A nossa posição, como Deputado eleito por Curitiba, e como Advogado é esta, e muito consciente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero abordar dois assuntos rapidamente, e que gostaria de abordá-los no Grande Expediente, mas como não há possibilidade e o assunto já está praticamente vencido, vou pelo menos, no Pequeno Expediente, deixar o meu pensamento a respeito.

É o seguinte: recentemente o Ministro do Planejamento Delfim Neto, numa reunião com os atuais e os candidatos a Governo dos Estados brasileiros, pelo PDS, respondendo a uma das perguntas dos candidatos, alegava que o PDS poderá perder a política por falta de competência política.

Gostaria, nesta oportunidade, apesar de ser uma voz bastante pávida, mas de dizer ao Ministro Delfim Neto, que a permanência dele no Ministério do Planejamento deste País por tanto tempo no comando da política econômica, mostra exatamente a eficiência dos políticos que militavam na antiga ARENA e que hoje militam no PDS, porque incompetência maior do que se dirigir os destinos econômicos deste País, como vem demonstrando não somente o Ministro Delfim Neto mas todos os burocratas que o acompanham em todas as outras áreas econômicas deste País, já está mais do que configurado.

Portanto, a única coisa que eu realmente lamento de fazer política no PDS, é sentir que a minha presença neste Partido pode fazer com que homens do tipo de Delfim Neto se mante-

nam no Poder, neste País.

Segundo assunto, Sr. Presidente: há poucos dias atrás, estiveram aqui em Curitiba, os Oficiais da Escola Superior de Guerra, que nas suas chamadas "visitas de Estado" para tomar conhecimento dos problemas dos Estados, vêm em todos os Estados brasileiros e o que a gente percebe nessas visitas, é que esses ilustres oficiais do Exército Brasileiro vêm, como é o caso do Paraná, em aviões a jato, são recepcionados da melhor maneira possível, são colocados em salas refrigeradas, um Secretário de Estado, na oportunidade o de Planejamento, ou outro qualquer, começa a expor a situação do Paraná. Agora, não diz na realidade o que o Paraná está passando e o que o Paraná precisa. Apenas diz que o Paraná é um dos maiores produtores de alimento deste País, e que estamos tendo a construção de Itaipu, que está se construindo tantas coisas.

Esses mesmos Oficiais saem do nosso Estado com uma imagem totalmente diferente daquela real que o Estado tem. Já tive a oportunidade, como disse dessa tribuna, de apresentar o seguinte requerimento para que fosse enviado à Escola Superior de Guerra. Se os Oficiais do Exército Brasileiro quisessem ter uma realidade do Paraná, bastava que cada Oficial que vem ao nosso Estado, ficasse apenas um dia, um dia sequer, no gabinete dos Srs. Deputados desta Casa, que iriam ter uma idéia real do nosso Estado, ou que visitassem os sindicatos de trabalhadores de qualquer área do interior do Paraná ou as casas de saúde, ou os albergues, os asilos que aí se encontra a verdadeira realidade do nosso Estado.

Então gostaria de deixar aqui a sugestão: quando os Srs. militares da Escola Superior de Guerra viessem visitar o Paraná, que não fosse somente no Palácio Iguaçu, que visitassem realmente esta Casa, os gabinetes dos Srs. Deputados, conversassem com eles, para saber da realidade do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de, na introdução de nosso pronunciamento, prestar aqui, neste momento, uma homenagem ao jornalista que hoje deixa o nosso convívio e uma lacuna vazia.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui estivesse conosco o velho e carinhoso Garcia Redondo, mas Deus o levou, e nada mais justo do que esta Casa prestar uma homenagem a ele.

Garcia Redondo, exemplo de funcionário público, passou a sua vida dedicado ao trabalho; homem dedicado à sua família, que hoje se foi.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nossa caminhada pelo Estado do Paraná, não andamos pelos tapetes do Palácio Iguaçu; cortamos os carreadores, as estradas, cruzamos os vales e os rios, verde sim, mas não do tapete palaciano, verde sim, mas não o verde da Escola Superior de Guerra, como disse o Deputado Lázaro Dumont, ao se referir aos militares que vêm ao Paraná e voltam com afirmativas de que o Paraná nada precisa, e que no Paraná tudo vai bem.

Nós olhamos o olhar triste do povo paranaense, da mão faminta de milhões e milhões de crianças neste Estado que não têm o que comer e não têm onde estudar. Conversamos com os trabalhadores que já não têm mais trabalho, e quando o encontram não têm condições físicas para trabalhar, porque a fome está rondando às portas de milhares e milhares de famílias.

Sr. Presidente, o Governador Hosken de Novaes ao assumir o Governo do Estado, afirmou que seria um juiz nas eleições que se avizinham. E nós acreditamos nas palavras do advogado Hosken de Novaes, e do homem público que é. E denunciamos

há mais de mês que em Apucarana a CIRETRAN estava dando carteira de motorista até para cego.

Foi pelas palavras do Coronel Osvaldo Cruz aberta uma sindicância para apurar em toda a profundidade esta corrupção eleitoral. E, no entanto, o próprio Coronel Osvaldo Cruz hoje inocenta aquele que era o titular daquela CIRETRAN. E ao inocentá-lo, o Coronel comete um grave crime também, porque ele alega que o inquérito ou a sindicância administrativa até agora não foi concluída. E, se não foi concluída como inocentar alguém?

Este Deputado que denuncia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até agora não foi ouvido. Tenho mais de 100 fotocópias de carteiras de motoristas frias, de psicotécnicos frios. Tenho gente que tem que ser ouvida neste inquérito administrativo ou nesta sindicância. E, no entanto, precipitadamente e desavergonhadamente o Coronel Osvaldo Cruz vem dizer que o Luiz Antônio Biacchi não é o responsável pelas falcaturas cometidas no DETRAN.

Ora, inocentar o maior culpado em toda a história sem concluir o inquérito ou a sindicância é se comprometer e o Coronel Osvaldo Cruz está se comprometendo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedimos ao Governador que ele cumpra a sua palavra, de fazer valer neste Estado, neste momento eleitoral, a sua autoridade de Governador.

E nós queremos também, aqui neste momento, denunciar o Gerente do Banco do Estado do Paraná de Rio Bom, que é Presidente do PDS e que vem coagindo pequenos agricultores e vem coagindo os correntistas do Banco, dizendo que quem não votar no PDS não é para entrar mais no Banco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que o Governo do Estado seja realmente um Juiz nessas eleições e não seja ali a máquina da corrupção, a máquina da coação.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados que compõem a Mesa, nobre Deputado Renato Bueno, nobre Deputado Scarpellini.

Amanhã, Sr. Presidente, realizar-se-á nas dependências da Igreja Matriz de Medianeira mais uma histórica assembléia de centenas de famílias sem terras, que em outras oportunidades, nos bons tempos deste Paraná, contribuíam com o seu suor e o seu trabalho para fazer a grandeza deste Estado.

Hoje se encontram organizados no Movimento dos Agricultores sem terras do Paraná, o movimento mastro organizado e incentivado pela igreja. Há poucos instantes assistimos aqui nas dependências do Centro Cívico uma manifestação de moradores de vilas urbanas, da Vila Formosa e Vila Isabel, também reivindicando um pedacinho de chão, onde instalar o seu casebre, e viver e morar, buscando um espaço ao sol.

Ainda há poucos dias trazíamos à Assembléia Legislativa, através desta tribuna, a nossa preocupação com centenas de famílias de agricultores que só não abandonam o Projeto Poti, em Arapoti, onde foram reassentados depois de serem mal indenizados pela Binacional Itaipu, porque não lhes resta outra alternativa do que resistir à fome comendo samambais e sobreviver à mercê da caridade de algumas pessoas condocidas com a sua situação.

Nos resta perguntar, por que isto acontece a este Paraná agrícola, este Paraná celeiro da Nação? Por que faltam recursos para atenuar estas emergências de nossa população? Ou por que o Banco do Brasil, ou as agências bancárias não vêem perspectivas de lucro para financiar e ceder crédito àquelas famílias, lá em Arapoti?

Mas poderíamos também aqui, Sr. Presidente, falar da situação dramática em que se encontram centenas de famílias moradoras da Ilha Grande; ilhéus que durante anos trabalhavam suas posses e conseguiam manter as suas famílias e alcançar, aos paranaenses, divisas em termos de gêneros de primeira necessidade. Até conseguiam isto com uma certa tranqüilidade. Bastou que viesse uma CESP construir uma represa para perturbar a vida daquelas famílias... Fazem dois anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E há nesta Casa uma Comissão Especial nomeada para acompanhar este problema dramático. Há dois anos que estes moradores nada colhem. As enchentes da CESP colhem tudo o que os ilhéus plantam.

A fome, o desespero, a ameaça de desemprego impõem, a estas famílias, a morte lenta. A maior das violências, que é a violência sutil e enganosa, exercida através de estruturas sociais injustas que matam — à míngua, aos poucos, numa tortura terrível que é a fome.

Por que acontece isto? Tornamos a perguntar. Será por que a CESP não têm recursos para indenizá-los? Ou será que o Governo do Estado do Paraná, e nós Parlamentares não temos força moral para exigir esta indenização do Governo do Estado de São Paulo, montado em cima de um Salim Maluf, homem corrupto, — conhecido inclusive como tal? Ou será por que o INCRA não tem estrutura para titular aquelas posses e para que eles possam então receber a indenização da futura represa Ilha Grande e procurar uma nova acomodação, que seja dentro do Paraná, mas onde não necessitem passar por estas privações e fome?

Porque a ELETROSUL, encarregada da construção de outra represa que inundará definitivamente, encarregada de dar por assim dizer o golpe final, não só à Ilha Grande, mas todas as ilhas habitáveis até a Foz do Rio Paranapanema, não desapropriar estes ocupantes para que não estejam constantemente ameaçados pelas enchentes, como aqui muito bem já disse o Deputado Lázaro Dumont, até suspeitando-se de enchentes provocadas criminosamente para afastar aqueles moradores e assim não precisar se preocupar com indenizações futuras.

Em Foz do Iguaçu outro drama da população paranaense.

Em Foz do Iguaçu posseiros do lote grande. Pese a interferência dos próprios Bispos. Pese a interferência dos Deputados da Assembléia Legislativa e do próprio INCRA e da Presidência desta Casa, conseguiu-se a alguns meses atrás relaxar e aliviar a tensão litigiosa e relaxar uma ameaça de despejo para o qual estava sendo requerido uma força policial.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sei porque, o diálogo foi interrompido. Um acordo foi rompido e a polícia está incumbida de efetuar o despejo entre hoje ou amanhã, isso, se já não nessas horas, neste exato momento não esteja ocorrendo a violência do despejo.

E, por que, acontece isso? Nós perguntamos mais uma vez.

Porque, faltam recursos para reassentar estas famílias em outras áreas do Norte do Estado conforme ficou acertado com um grupo de parlamentares e os posseiros e o INCRA aqui nesta Casa Legislativa, ou porque esses posseiros não aceitaram as propostas oferecidas pelo INCRA, ou porque, foram levados pela boa fé e requerer usucapião sobre uma questão que já estava perdida na justiça, ludibriados, portanto, por advogados, ou porque a recente legislação do usucapião especial é apenas um expediente demagógico com fins eleitoreiros do Sr. Presidente da República, mas, o fato é que tudo está acontecendo e as nossas indagações estão aí sem resposta.

Tudo isso acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao lado de trinta e quatro mil títulos que dizem ter sido distribuídos em grande festa e com a presença do ex-Governador Ney Braga, hoje candidato ao Senado da República.

Trinta e quatro mil títulos em menos de dois anos. Administrativamente até é impossível, porque o INCRA durante 18 anos não conseguiu essa maratona.

Apesar dos trinta e quatro mil títulos, continuam hoje sendo despejadas e expulsas centenas e centenas de famílias de agricultores paranaenses a cada mês que passa.

E foi por isso que no início deste ano, ao ouvirmos este número pomposo de trinta e quatro mil títulos distribuídos, dirigimos ao ITC um pedido de informações, até por curiosidade aprovado por unanimidade por esta Casa a respeito desses trinta e quatro mil títulos distribuídos.

Queremos saber se foram títulos de ratificação de escrituras que já estavam operando em bancos, e queremos saber quantos destes títulos eram licença de ocupação que pode se tirar em questão de cinco minutos, ou seriam títulos de compra e venda de terras públicas.

Queríamos saber, Sr. Presidente, como chegaram a este milagre de, em menos de dois anos, titular trinta e quatro mil propriedades.

Este pedido de informação foi aprovado por esta Casa, mas, talvez até em sinal de desrespeito aos Srs. Deputados.

Não obtivemos até o presente momento nenhuma resposta do ITC. Isso, pelo menos se não é desrespeito por esta Casa, é sinal de que o alarde feito no passado destes trinta e quatro mil títulos não passa de um ensaio eleitoral demagógico do Sr. Ney Braga, pois os despejos continuam acontecendo no Paraná. E está o Paraná a esvaziar-se a cada dia que passa.

É mistério, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se reva- lide, que se reafirme as afirmações de um dos promotores do Estatuto da Terra, o ex-Presidente da República, Mal. Castelo Branco, em sua mensagem ao encaminhar o projeto ao Congresso Nacional.

Dizia ele então, não é lícito utilizar-se do povo com armas políticas, levando-os ao desespero. Não é honesto criar perspectivas risonhas, mas vãs e temerárias, menos ainda quando se trata da classe menos favorecida com ilusórias esperanças.

E eu pergunto hoje a esta Casa, se este saudoso Marechal não estaria dizendo isto exatamente contra o PDS? Dizia, ainda, o Marechal, na época: "Foi este o ambiente social e político que o atual Governo encontrou implantado no País em relação aos problemas tão graves e profundos".

E eu pergunto ao saudoso Marechal: qual a diferença da situação, hoje, e há 18 anos atrás? A situação se agravou.

Dizia, ainda, o Marechal Castello Branco em sua Mensagem: "Não poderia o Governo permitir que o problema da Reforma Agrária continuasse sendo simplesmente verbalizado por políticos inescrupulosos que, num acinte às próprias idéias que pregavam, adquiriam imensos latifúndios".

Estaria o Marechal Castello Branco, na época, profetizando as fazendas de Delfim Neto, de Gibson Barbosa, de Roberto Campos? Ou, talvez, então, das multinacionais que já abocanharam milhões e milhões de hectares de terras, as mais ricas em nosso País?

Não sei, Sr. Presidente.

Só sei que, neste exato momento, vinte e seis famílias encontram-se em desespero total. Estão nas portas do despejo, do desemprego. São 26 famílias que se somarão às centenas e centenas de famílias que já foram afastadas da terra e de seu trabalho.

E se a polícia ainda não agiu é porque não sabe, ainda, para onde levarão as mudanças dos futuros desalojados; não se definiram, ainda, pelo lugar em que haverão de depositar o lixo de uma revolução que já dura 18 anos, causando, assim, a concentração de renda, a concentração da propriedade, o aumento do desemprego, ao lado de uma reforma agrária de brincadeiras.

Ressalve-se, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a boa vontade que há por parte do Coordenador Regional do INCRA, no Paraná, Dr. José Guilherme Cavagnari, homem esforçado e sério no trato às pessoas. Todas as nossas indagações foram imediatamente respondidas pelo INCRA, não pelo

ITC, que não nos respondeu uma indagação, um requerimento que aqui fizemos.

Pode estar este Senhor, Dr. José Guilherme Cavagnari, a quem respeito, mal assessorado por funcionários, a exemplo do Dr. Rauldiney, que não só uma vez, manifestou o seu desprezo à classe política, e, principalmente ao povo de quem deveria ser um servidor, uma vez, em vez de ser o seu algoz.

Mas, o que poderá fazer o Dr. José Guilherme Cavagnari, Coordenador do INCRA, a quem passei a respeitar, se a estrutura do órgão que dirige, não está afinado com os princípios do Estatuto da Terra e da Reforma Agrária a que se propõe? O que poderão fazer bem intencionados funcionários do INCRA de Arapoti, se não há repasse de recursos prometidos? Se não há seriedade nos propósitos do Governo, que é a fonte de decisão sob os recursos e orientação desse órgão?

Mas a verdade é que, ao mesmo tempo em que a fome, o desemprego, desgraça milhares de seres humanos, de cidadãos paranaenses da Ilha Grande, de Arapoti, do Projeto Lote Grande em Foz do Iguaçu, ao mesmo tempo, sempre com a mesma alegação, com a desculpa esfarrapada deste Governo, de que não há recursos, que há crise econômica, o BADEP se deu ao luxo de comprometer os suinocultores do Paraná, mais de 10 mil granjas de produtores de matrizes, criando uma nova dependência genética, atrelada a uma raça de "suínopee", estrangeira, e multinacional por excelência, recorrendo a quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros, sob alegação de que estariam sendo criados 60 empregos!

Quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros para comprometer nossa suinocultura, atrelá-la a uma nova ordem genética, no Paraná, por quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros e a desculpa esfarrapada de criar 60 empregos, ainda que seja em minha cidade, Marechal Cândido Rondon, enquanto não há recursos para atender centenas de famílias em Arapoti, para atender em Lote Grande, para atender na Ilha Grande, para atender essas famílias que aqui estão, nas dependências do Centro Cívico. Mas, para lá, para atender uma multinacional, existem recursos.

Isso comprova, não ausência de recursos, mas a ausência de competência para tratar dos problemas sociais, cada vez mais alarmantes, em nosso País. Comprova até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ausência de vergonha na cara, a ausência de sentimentos humanos, marcados pelo tratamento das coisas públicas, com o espírito materialista de um capitalismo selvagem e desumano que assolou nossa Nação.

Entretanto, ainda alimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperanças, porque acredito no homem, porque sou homem de fé, e não me deixo abalar na fé que tenho no homem.

Por isso, acreditando em certos homens, quero encerrar fazendo aqui um apelo: aos homens do INCRA, ao Presidente desta Casa que, muitas vezes nos tem atendido, ao Governador do Estado do Paraná, para que deixe de lado o possível compromisso eleitoral de defender este Governo e que se deixe conduzir pelo sentimento humano que, tenho certeza, ainda não abandonou os corações de alguns homens sérios que ocupam postos-chaves no sistema administrativo do Paraná.

Faço este apelo para que, no caso Lote Grande ainda há uma solução. Conversando, ontem, com o Coordenador Dr. José Cavagnari, que dizia que existe uma solução administrativa para o reassentamento dessas 26 famílias. E por isso, apelo à interferência dos homens sérios daqueles que ainda carregam no coração um pouco de sentimento humano.

Vamos conversar, vamos dialogar. Mais vale dialogarmos e encontrar uma solução administrativa do que deixar desenca- dear a violência policial no despejo que está por ocorrer. Não fica bem para o Paraná, não resolve o problema do Paraná. A situação nacional já não tolera mais atos de violência como essas, a não ser que estejamos compactuando com aqueles mes-

mos monstros, autores da bomba do Riocentro, que gostariam de ver, antes de uma solução para nossa Nação, gostariam de vê-la entregue num banho de sangue!

Não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entender que alguém, como é o caso da família Chemifenic, que disputa nesse litígio a posse e o domínio sobre aquelas terras, não posso entender que alguém esteja pleiteando uma área de 1.000 hectares de terra, e não tenha a capacidade, não tenha a sensibilidade e não seja capaz de abrir mão de 60 alqueires de terra, dos 1.000 hectares, para permitir que famílias humildes que lá estão há 20 anos, trabalhando, sustentando suas famílias, possam continuar sobrevivendo! Tirar 60 alqueires, de 1.000 hectares que possuem, é tirar o pão da boca de uma criança, é tirar o pão da mesa dos que trabalham! Mesmo que isso não seja possível, sempre há uma saída para os que têm boa vontade em encontrar uma boa solução!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que denomina "ESCOLA ALFREDO MOISÉS MALUF", a unidade escolar localizada no Conjunto Hermann Morais Barros, na sede do Município de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/82, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - IPAP", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/82, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a Associação Feminina da Loja Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que altera a Lei n.º 5.052, modificando a denominação da entidade para "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DA MEDALHA MILAGROSA", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo permutar imóvel de propriedade do Estado, por outros imóveis, no Município de Piraquara, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que altera a Lei 6639/74, e dá as providências que especifica (Contribuições do Parlamentar para o Fundo de Previdência - FEPPA). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/82, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 41/82), que acresce parágrafos ao artigo 2.º, da Lei n.º 7.041, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública o "COMITÊ DOS COMPANHEIROS DAS AMÉRICAS - PARANÁ-OHIO", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 51, de 01/06/82).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 67/82

O ilustre Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, através do presente plano de lei, objetiva declarar de utilidade pública o "COMITÊ DOS COMPANHEIROS DAS AMÉRICAS - PARANÁ-OHIO", com sede na cidade de Curitiba.

O processo preenche os requisitos legais, estando conforme às formalidades regimentais.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/82, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de utilidade pública o "ROTARY CLUBE DE MANDAGUARI", com sede e foro na cidade de Mandaguari. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 52, de 02/06/82).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 69/82

O nobre Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, objetiva, com o presente plano de lei, declarar de utilidade pública o "ROTARY CLUBE DE MANDAGUARI", com sede na cidade de Mandaguari.

O processo obedece às formalidades regimentais e legais, não havendo vícios de ordem constitucional.

Nestas condições, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARINGÁ - ADEAM", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

dade.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 54, de 07/06/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 70/82

PARECER

Com o plano de lei ora apresentado, o ilustre Deputado ANTONIO FACCI objetiva ver declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARINGÁ - ADEAM", com sede na Cidade de Maringá.

Obediente às formalidades regimentais, preenche também, o processo, os requisitos de ordem legal e constitucional, razão porque somos de opinião favorável a que o mesmo prossiga a tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/82, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 96/82), que dá nova redação e acresce novo parágrafo ao art. 55, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1.973, alterado pela Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1.980. (Lei n.º 7.434 - Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná). EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/82, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 97/82), que altera os percentuais da gratificação de Função Policial Militar, conforme específica. (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, Lei n.º 7.434). EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Osvaldo de Almeida Garcia Redondo, ocorrido no dia 26 de agosto, nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, funcionário desta Casa, José Osvaldo de Almeida Garcia Redondo, ocorrido na presente data.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 134/81, que tem como escopo conferir o Título de Cidadão Paranaense ao empresário Antônio de Campos Tapajós.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 120/81, que cria o Parque Estadual do Cadeado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro de Estado do Planejamento e ao Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, dando-lhes ciência do inteiro teor desta manifestação de protesto e solicitando de imediato, o reajuste para mais do Fundo de Participação dos Municípios, para o segundo semestre deste ano.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, para providências no sentido de ser dada melhor atenção aos serviços telefônicos de Piên, Distrito de Trigolândia, em razão das frequen-

tes interrupções que se vêm verificando.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que determine o prosseguimento dos serviços de construção e pavimentação da estrada BR-116, ligando Piên e Distrito de Trigolândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Federação de Handebol, pelo título conquistado por sua equipe feminina, nas disputas do Campeonato Brasileiro da modalidade, realizado em Aracaju.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Presidente do Conselho Ministerial de Preços, encarecendo providências com a finalidade de se estabelecer disciplina e controle do uso de medicamentos pela população e a fiscalização dos seus preços ao consumidor.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Parlamentares para averiguação da situação dos agricultores reassentados nos Projetos de Colonização do INCRA, no Município de Arapoti.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Negócios das Finanças, pedindo informações sobre pagamentos efetuados pelo Conglomerado Banestado e Copel, a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informações sobre contratação de máquinas e equipamentos sob a forma de "leasing" junto à empresa Banestado Leasing S.A.— **Rejeitado.**

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que o requerimento foi rejeitado e irá proceder a verificação de votação requerida.

(É procedida a verificação de votação).

02 Srs. Deputados o aprovam; 02 Srs. Deputados o rejeitam.— Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/82

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 37, 67, 69, 70, 94 e 95/82.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 18, 19, 20, 21, 55 e 61/82.

Levanta-se a sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1982
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Palácios.

Às 15:35 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não há expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 162/81, que declara de utilidade pública a "GRANDE LOJA DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 162/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a GRANDE LOJA DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 32/82, que declara de utilidade pública a SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ — SECEP, com sede e foro em Curitiba, e área de atuação em todo o Estado do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 32/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ — SECEP, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 48/82, que declara de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica "APÓSTOLO DA CARIDADE N.º 21" com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 48/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica "APÓSTOLO DA CARIDADE" N.º 21, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 54/82, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE ARAPOTI, com sede e foro na cidade de Arapoti. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 54/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE ARAPOTI, com sede e foro na cidade de Arapoti.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55/82, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FERROVIÁRIA RE-CREATIVA VISCONDE DE MAUÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 55/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSO-

CIAÇÃO FERROVIÁRIA RECREATIVA VISCONDE DE
MAUÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 83/82, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. GIL GOUVEIA MACIEIRA. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.^o 83/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. GIL GOUVEIA MACIEIRA.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.